

PEDRO ANAN JR.

Coordenação

Advogado em São Paulo, Especialista em Direito PUC/SP, MBA Controller
pela FEA/USP, Vice-presidente da Diretoria Jurídica da ANEFAC,
Professor de Especialização da APET

IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA

TEORIA E PRÁTICA

Quartier Latin

São Paulo, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Anar Jr., Pedro (coordenação)
Pedro Anan Jr. Imposto de Renda Pessoa
Jurídica - Teoria e Prática. São Paulo: Quartier
Latin, 2006.

1. Direito Tributário
ISBN: 85-7674-183-0

SUMÁRIO

Prefácio, 17

José Eduardo Soares de Melo

Apresentação, 21

Pedro Anan Jr.

Remessas de Contraprestação por Serviços Técnicos para o Exterior Vis-à-Vis aos Tratados Para Evitar a Dupla Tributação, 23

Andrea Nogueira Neves Fernanda Junqueira Calazans

I. Introdução	24
II. Consideração Inicial: Da Prevalência dos TDTs sobre a Legislação Interna no Brasil	26
III. Dos Dispositivos dos TDTs Aplicáveis aos Serviços Técnicos - Da Possibilidade de Equiparação a "Royalties" - Tratamento Tributário	28
III.1. Dos tributos visados pelos TDTs	34
IV. Dos Tributos Incidentes na Remessa vis-à-vis ao IRF Visado no TDTs	43
IV.1. CIDE	43
IV.2. ISS/Importação	47
IV.3. PIS/Importação e COFINS/Importação	50
IV.4. CPMF	51
V. Da Conclusão	53

Tributação das Receitas Financeiras Auferidas na Fase Pré-Operacional, 55

Cristiano Augusto Ganz Viotti de Azevedo

Frederico de Almeida Fonseca

I. Objetivos e Justificativas	56
II. Situação de Fato	56

III. Desenvolvimento	57
III.1. Regime de competência e a tributação da renda	57
III.2. Tratamento comercial e tributário dos resultados auferidos na fase pré-operacional	59
III.3. A Instrução Normativa SRF nº 54/88 – Confrontação do resultado financeiro com as despesas pré-operacionais registradas no ativo diferido	64
III.4. Parêntese: normas internacionais de contabilidade	70
IV. Conclusões	71

Uma Visão Geral do Regime de Tributação na República Popular da China: Regras Aplicáveis às Sociedades Estrangeiras e às Sociedades com Investimento Estrangeiro, 73

Daniel Takaki

I. Introdução	74
II. Formas de investimentos estrangeiros admitidas na China	76
II.1. Consórcios de patrimônio sino-estrangeiros	77
II.2. Consórcios contratuais sino-estrangeiros	77
II.3. Empresas totalmente pertencentes a sócios estrangeiros	77
III. Imposto de Renda	78
III.1. Obrigações acessórias	79
III.2. Regime de apuração do imposto de renda	79
III.3. Rendimentos tributáveis	80
III.4. Prejuízos fiscais	80
III.5. Depreciação e amortização	81
IV. Incentivos Fiscais	82
IV. 1. Redução de alíquota	82
IV.2. Reinvestimento de lucros	83
IV.3. Áreas geográficas com redução de alíquota de imposto de renda	83
V. Tributação Internacional	84
VI. Transfer Pricing	85
VII. Reorganizações Societárias	87
VII.1. Considerações societárias	87
VII.2. Considerações tributárias	89
VII.3. Diversos	90
VIII. Tributação de Internet	91
IX. Reformas fiscais	91
X. Conclusão	92
XI. Referências	94

**Aspectos Tributários da Variação Cambial do Investimento
Brasileiro no Exterior, 98**

Edison Carlos Fernandes

I. Introdução	100
II. Tributação dos Rendimentos Auferidos no Exterior	100
III. Variação Cambial de Investimento no Exterior	103
IV. Conclusão	105

**IRPJ e CSLL: Efeitos da Correção Monetária do Capital Social com
Base em Dispositivo Contratual ou Assemblear, 107**

Edmar Oliveira Andrade Filho

I. Questões em Debate: A inflação como Fato Social	108
II. As Distorções da Falta de Correção Monetária do Patrimônio	111
III. Ofensa ao Princípio da Capacidade Contributiva	116
IV. Validade da Correção Monetária do Capital Social	123
V. Conclusões	127

Anotações Sobre a Distribuição Disfarçada de Lucros, 129

Elidie Palma Bifano

I. Introdução	130
I.1. Delimitação do tema e noções gerais sobre o instituto	130
I.2. Breves noções históricas	130
II. Conteúdo Legal do Instituto	132
II.1. Conceito de DDL	132
II.2. O lucro distribuído e seus beneficiários	134
II.3. DDL: natureza	135
II.4. DDL, valor de mercado e preço de transferência	137
III. Decorrências da Prática de DDL	139
IV. Jurisprudência: Fonte para Estudo da DDL	139
V. Bibliografia	141

Tributação no Mercado Financeiro, 143

Hélio Hanada

I. Tributação na Fonte	144
II. Imposto de Renda Retido ha Fonte (IRRF)	144
II.1.Mercado de renda fixa	144
II.2.Fundos de investimento	147
II.2.1. Fundos de longo prazo	147
II.2.2. Fundos de curto prazo	148
II.2.3. Fundos fechados	149
II.3.Mercado de renda variável	150
II.3.1. Mercado de bolsa de valores e de balcão	151
II.3.1.1. Tributação de fonte sobre as operações praticadas em bolsa	152
II.3.2. Fundos e clubes de investimento em ações	153
II.3.3. Não aplicabilidade das regras de tributação na fonte	154
II.4. Imposto sobre operaçõesde crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários - IOF	155
II.4.1. IOF sobre aplicações financeiras - prazo inferior a 30 dias	155
II.4.2. IOF sobre resgate de fundos após a data de vencimento de carência	157
II.4.3. IOF sobre operações de empréstimos de mútuo	158
II.5. Contribuição provisória sobre a movimentação ou transmissão de valores e de créditos de natureza financeira - CPMF	159
II.5.1. Aplicações em bolsas de valores	159
II.5.2. Conta de investimento	160
III. Tratamento Fiscal dos Rendimentos e Perdas nos Resultados da Pessoa Jurídica	161
III.1. Tratamento fiscal dos rendimentos e do imposto de renda retido na fonte	161
III.2. Perdas nas operações financeiras -condições e limitações impostas para a sua dedução	162
III.3. Tributação dos ativos, bens e obrigações em moeda estrangeira em regime de caixa	164
III.4. Planos de previdência complementar, fundos de aposentadoria programada individual (FAPI) e seguros de vida com cláusula de sobrevivência – condições de dedutibilidade das contribuições efetuadas em favor de empregados e de dirigentes	165

**Uma Inteligência Possível do Artigo 74 da MP 2.158, de
24/04/2001, 167**

Ives Gandra da Silva Martins

**Tributação de Lucros Auferidos no Exterior e Limites Relativos de
Normas Antielisas, 187**

João Dácio Rolim Gilberto Ayres Moreira

I. Introdução	188
II. Elisão Fiscal Internacional	189
III. Transparência Fiscal Internacional	193
IV. Da Definição de Renda como Base Imponível	196
V. Tributação dos Lucros Auferidos no Exterior	201
VI. Conclusão	209

**Tributação da Renda em Bases Universais -Tendências
Atuais, 211**

Luciana Rosanova Galhardo

Jorge Ney de Figueiredo Lopes Junior

I. Introdução	212
II. Breve Histórico Legislativo	213
II.1. Lei 9.249/95	213
II.2. IN 38/96	214
II.3. Lei 9.532/97	215
II.4. MP 1.858-6/99 - CSL	218
II.5. Lei 9.959/00	218
II.6. LC 104/01 - Alteração do artigo 43 do CTN	220
II.7. MP 2.158/01	220
II.8. IN 213/02	225
III. Panorama Atual	231
III.1. Alienação de sociedades controladas ou coligadas estrangeiras	231
III.2. O emprego de lucros em favor da beneficiária brasileira - item "4"	234
III.3. O "pagamento" de lucros à controladora no Brasil -item"l"	236
III.4. Síntese	239
IV. Conclusão	239

Localização: 336.215(81)

I34rp

Código de barras: STJ00066652



BDJur
<http://bdjur.stj.gov.br>

Breves Considerações sobre a Prova no Processo Tributário, 241

Luiz Martins Valero

I. Introdução	242
II. O Dever da Prova por parte do Agente Tributário	242
III. A Prova em Contrário como Ônus do Contribuinte	245
IV. As Presunções Simples a Partir dos Indícios	246
V. As Presunções Legais a Partir dos Indícios Provados	247
VI. A Prova na Glosa de Custos ou Despesas Operacionais	249
VII. Conclusões	251

Preços de Transferência e Juros sobre o Capital Próprio, 253

Marcelo Natale Rodriguez

I. Introdução	254
II. Preços de Transferência	254
III. Juros sobre Capital Próprio	256
IV. Dos Efeitos do Ajuste de Preços de Transferência no Cálculo dos Juros sobre Capital Próprio	259
V. Dos Efeitos do Pagamento de Juros sobre Capital Próprio no Cálculo do Safe Harbour de Lucratividade para Fins Preços de Transferência	265
V.1. Safe Harbour da Representatividade	266
V.2. Safe Harbour da Lucratividade	266
VI. Efeitos Imprevistos do art. 45	268
VII. Conclusões	268

Pessoas Jurídicas Imunes ou Isentas - Impossibilidade de Incidência do Imposto de Renda sobre suas Aplicações Financeiras, 271

Maria Beatriz Martinez

I. Pessoas Jurídicas Imunes	272
II. Pessoas Jurídicas Isentas	275
II.1. Da configuração do IRRE como mera antecipação do IR	277
II.2. Da tributação exclusiva na fonte	282
II.3. Da violação ao princípio da isonomia	285
II.4. Do atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal	286

Localização: 336.215(81)

I34rp

Código de barras: STJ00066652

Incorporação — Aspectos Relevantes e a Posição do Conselho de Contribuintes, 289

Pedro Anan Jr.

Juliana Grandino Latorre

I. Introdução	290
II. Aspectos Atinentes à Incorporação de Empresas	292
II.1. Da utilização do prejuízo fiscal e da base negativa Da CSLL na incorporação, sem a trava de 30%	292
II.2. Da incorporação da controladora pela controlada	296
II.3. Incorporação de empresa superavitária por deficitária	298
III. Da Possibilidade de Questionamento pela Procuradoria da Fazenda e pelo Ministério Público Federal	300
III.1. Do MPF	301
III.2. Da Procuradoria	304
IV. Conclusão	305

Tributação do Mercado Financeiro, 307

Rachel Katlauskas Muraro

I. Aplicações Financeiras	308
I.1. Aplicações financeiras de renda fixa	308
I.2. Aplicações financeiras de renda variável	311
I.3. Isenções para pessoas físicas	314
II. Fundos de Investimentos	315
II.1. Fundos de investimento de longo prazo	317
II.2. Fundos de investimento de curto prazo	318
II.3. Fundos de investimento de renda variável	319
II.4. Outros fundos de investimento	320
III. Outros Instrumentos Financeiros	321

Juros sobre o Capital Próprio, 323

Silvério das Neves

I. Objetivo da Remuneração do Capital Próprio	324
II. Dedutibilidade na Apuração do IRPJ e da CSLL	324

Localização: 336.215(81)

I34rp

Código de barras: STJ00066652

III. Patrimônio Líquido	326
IV. Imposto de Renda na Fonte	327
V. Crédito dos Juros	329
VI. Integralização de Aumento de Capital	330
VII. Imputação ao Valor dos Dividendos	330
VII.1. Companhias Abertas,	330
VIII. Encargos sobre os Juros Remuneratórios do Capital Próprio	332
IX. Reflexos nos Investidores	333
IX. 1. Empresa tributada pelo lucro real	333
IX.2. Empresa tributada pelo lucro presumido ou arbitrado	334
IX.3. Contabilização dos juros auferidos	334
X. Vantagens e Desvantagens na Distribuição dos Juros	335
X.1. Juros distribuídos para pessoas físicas	335
X.2. Juros distribuídos para pessoas jurídicas	337
XI. Dedução dos Juros no Balanço de Suspensão ou Redução	339
XII. Juros de Períodos de Apuração Anteriores	339
XIII. Dever de Informar os Valores Creditados	340
XXIV. Caso Prático	341

Regras Gerais da Dedutibilidade das Despesas, 345

Pedro Anan Jr.

Thaís Abreu de Azevedo Silva

I. Introdução.	346
II. Da Dedutibilidade das Despesas	347
III. Conclusão	354

IRPJ e o Lançamento Tributário Controvertido: Autonomia e Imparcialidade na Discussão Administrativa, 355

Wilfrido Augusto Marques

Leonardo Mendonça Marques